

CUT **SINTSEF** 35 anos CONDSEF/FENADSEF

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Paralisações e Greves marcam a luta dos servidores públicos federais no primeiro semestre de 2024



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

O Incra tem sido palco de intensas atividades, reuniões e paralisações. Da mesma forma, os servidores do Dnocs, Iphan, Ibama e ICMBio estão mobilizados, com o objetivo de pressionar o governo por uma reestruturação adequada das carreiras e dos órgãos. **Pág 3**

na base

Veja os assuntos mais atualizados sobre o Incra, Funai, Ibama e Dnocs. **Pág 3 e 4**

empresas públicas

Saiba as atualizações sobre o ACT da Conab e ação jurídica da Ebserh. **Pág 5**

sindical

Sintsef-CE realiza o 2º Seminário de Comunicação **Pág 6**

jurídico

Execução individual da sentença da ação judicial pelo pagamento das diferenças de 28,86% **Pág 7**

ADICIONE NOSSO CONTATO

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE". Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

(85) 99179-1973



A luta pela valorização do serviço e dos servidores públicos e o sequestro do orçamento federal

Manter a Luta pela Correção das Distorções Salariais

Em julho de 2023, o governo federal, por meio de portaria, criou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e também disciplinou as mesas específicas e temporárias para tratar das negociações com os servidores públicos federais.

Em dezembro de 2023, o governo federal apresentou uma proposta às entidades nacionais dos servidores federais de reajuste salarial e de benefícios: reajuste de 52% no Auxílio Alimentação, passando para R\$ 1.000,00; reajuste de 51% no valor per capita da Saúde Suplementar; reajuste de 51% no valor da Assistência Pré-Escolar, passando para R\$ 484,90 - todos a partir de 1º de maio de 2024; e reajuste salarial de zero em 2024, 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. A categoria rejeitou essa proposta e realizou grandes mobilizações.

Em janeiro de 2024, a Condsef, em conjunto com as demais entidades nacionais dos servidores federais, apresentou ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), uma proposta unificada, elaborada com ajuda do DIEESE, que fez estudo da inflação acumulada, reajustes ocorridos e reajustes necessários nos períodos de setembro de 2016 a dezembro de 2025, que totaliza 34,32%, divididos da seguinte forma:

- Em 2024: 10,34%;
- Em 2025: 10,34%;
- Em 2026: 10,34%.

A forte greve dos servidores das Instituições Federais de Ensino (docentes e técnicos), junto com os dias nacionais de luta em 24 de janeiro e 3 de abril, e a grande Marcha dos Servidores a Brasília em 17 de abril, combinada com a Marcha da Classe Trabalhadora em 22 de maio, que contou com participação expressiva de servidores públi-

cos, levou o MGI a aumentar a proposta do PGPE, PST e Planos Correlatos.

CONDSEF assina acordo com MGI para PGPE, PST e Planos Correlatos

No dia 17 de julho de 2024, a CONDSEF, em conjunto com outras entidades nacionais representativas de servidores federais, assinou o Termo de Acordo número 8/2024, que dispõe sobre a reestruturação remuneratória dos planos de cargos do Poder Executivo Federal nos seguintes termos::

- Reajuste na remuneração de 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026;

- Aumento nos steps dos padrões e classes, sendo:

• Nível Superior (NS):

Janeiro/2025: aumento nos padrões de 2,8% para 2,9% e nas classes de 3% para 3,5%;

Abril/2026: aumento nos padrões de 2,9% para 3% e nas classes de 3,5% para 4%.

• Nível Intermediário (NI):

Janeiro/2025: aumento nos padrões de 1% para 1,25% e nas classes de 1,5% para 2%;

Abril/2026: aumento nos padrões de 1,15% para 1,25% e nas classes de 1,75% para 2%.

Do ponto de vista financeiro, se considerados os 9% de 2023, essa proposta significa que, nos quatro anos do atual governo, os salários do PGPE-PST-Planos Correlatos terão 24,75% de reposição, o que representa a correção pela inflação prevista no período (16,84%) e um ganho real de 6,77%. A proposta apresentada contempla os aposentados e pensionistas que se mantiveram no Regime Próprio da Previdência Social (Lei 8.112/90), com paridade. Vamos continuar e reforçar nossa luta em defesa dos direitos e reivindicações dos servidores.

É importante ressaltar que, no dia 25 de abril, a CONDSEF já havia assinado o Termo de

Compromisso, que foi aprovado no mérito por assembleias de entidades filiadas à Condsef/Fenadsef, assegurando reajustes em benefícios (auxílio-alimentação, creche e saúde suplementar) a partir de maio deste ano. O termo também assegura a instalação imediata de mesas temporárias e específicas com o desafio de avançar na reestruturação de carreiras, incluindo ativos, aposentados e pensionistas.

A especulação financeira sequestra o orçamento federal

O MGI afirma que "falta espaço no orçamento". Mas por quê? Os fatos são indiscutíveis:

• O orçamento é brutalmente comprimido pelo Novo Arcabouço Fiscal, proposto pelo próprio governo e piorado no Congresso;

• O eixo do orçamento é comprimir os investimentos no serviço público para garantir o pagamento dos juros e encargos da dívida pública, que consumirão mais de R\$ 436 bilhões em 2024 (20% do orçamento);

• A política de "déficit zero" do Ministério da Fazenda se rende ao mercado financeiro e serve ao objetivo de garantir o lucro dos especuladores;

• As inaceitáveis e ilegítimas "emendas parlamentares" abocanham R\$ 53 bilhões;

• O Congresso reacionário vota benefícios e privilégios para os patrões e ricos: isenção de impostos, anistias fiscais, benefícios para banqueiros, programas de subsídios para empresas (agora querem privatizar até as praias e o Banco Central!).

A conta de juros da dívida pública consumiu R\$ 800 bilhões dos cofres públicos nos últimos 12 meses, representando 74% do chamado déficit nominal. Isso sim é ganância! No entanto, os porta-vozes do mercado na mídia reclamam dos

custos da previdência, da saúde, da educação, do Bolsa Família e do que sobra para o governo cuidar da população. O maior responsável por essa tragédia fiscal é o presidente do Banco Central, que foi homenageado pela bancada bolsonarista da Assembleia Legislativa de São Paulo. É o prêmio dos seus correligionários pela sabotagem à economia do país e ao governo.

Presidente do Banco Central comanda ataque especulativo contra o Real

O objetivo de Campos Neto é provocar a desvalorização, estimular a inflação e forçar uma nova alta dos juros, satisfazendo o mercado. Ele poderia intervir no câmbio para evitar o ataque especulativo utilizando as reservas acumuladas nos governos Lula e Dilma, mas prefere beneficiar os especuladores e prejudicar o povo brasileiro.

Com o desemprego caindo e a renda dos brasileiros subindo, um câmbio estável contribui para evitar uma inflação de demanda. No entanto, Campos Neto estimula o ataque ao real em um país que vem apresentando um forte superávit comercial de 100 bilhões de dólares ao ano. Isso mostra que o Brasil não tem um Banco Central independente. Pelo contrário, Campos Neto, ao participar de reuniões com empresários e com o governador de São Paulo, se oferecendo para ser Ministro da Fazenda de Tarcísio de Freitas em uma possível vitória eleitoral para presidente da República, mostra que ele é um ativista político que trabalha contra o Brasil.

Fora Campos Neto!

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7300 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa **Coord. Jurídica:** Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:** Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares **Coord. de Formação Política:** José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio-cultural:** Francisco

José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** Lucy Mary Gomes Matos, José Arteiro da Silveira, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zezito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélino e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Letícia Alves **Diagramação:** Letícia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

INCRA

Mobilizações e atos em busca de reestruturação das carreiras



Servidores se reúnem e rejeitam a proposta apresentada pelo MGI (01.07.2024)

Nos últimos meses, o Incra tem sido palco de intensas atividades, reuniões e paralisações organizadas pelos servidores, com o objetivo de pressionar o governo por uma reestruturação adequada da carreira e do próprio órgão. Desde janeiro, os servidores do Incra se reúnem, toda segunda-feira, para discutir estratégias, debater propostas e planejar atos de mobilização.

Essas mobilizações ganharam força à medida que os servidores lutam por melhores condições de trabalho e remuneração, buscando uma estrutura que valorize adequadamente suas funções e competências. No dia 24 de junho, uma proposta foi apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), durante uma reunião da mesa específica e temporária. Entretanto, essa proposta não atendeu às expectativas dos servidores.

A proposta do MGI inclui alguns ajustes na estrutura da carreira, como a criação de gratificação de localização para áreas de difícil fixação de pessoal e a transversalização do plano de carreira, permitindo que os servidores possam atuar em outros

órgãos relacionados à política fundiária. Além disso, foi proposto um reajuste remuneratório de 14,45% até 2026. No entanto, essa proposta foi vista como insuficiente pelas entidades representativas, pois não aborda de forma satisfatória questões como a redução da diferença salarial proporcional entre cargos e a criação de gratificações por qualificação e localização.

No dia 1 de julho, uma segunda-feira, os servidores do Incra no Ceará realizaram uma reunião para avaliar a proposta do MGI. A decisão foi unânime: a proposta foi rejeitada. Os servidores consideram que os pontos apresentados pelo governo não contemplam as reivindicações fundamentais da categoria, mantendo distorções salariais significativas e não oferecendo soluções concretas para as demandas apresentadas.

Diante dessa rejeição, os atos e mobilizações continuam. Os servidores do Incra seguem firmes em sua luta, realizando atividades semanais para manter a pressão sobre o governo. O objetivo é garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas reivindicações sejam atendidas de forma justa e adequada.

Essas mobilizações são essenciais para a valorização dos servidores e para a melhoria das condições de trabalho no Incra. A luta continua, e os servidores permanecem unidos e determinados a alcançar uma reestruturação que reconheça e valorize sua dedicação e competência.

RESUMO DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS NO INCRA:

- Reuniões e Atividades Semanais: Toda segunda-feira, com foco em pressionar o governo.
- Proposta do MGI (24 de junho): Apresentação de uma proposta que não contemplou as principais reivindicações dos servidores.
- Rejeição da Proposta (1 de julho): Reunião dos servidores no Ceará resultou na rejeição da proposta.
- Continuidade das Mobilizações: Atos e paralisações seguem até que as reivindicações sejam atendidas.

FUNAI

Crise de precarização e esvaziamento afeta o órgão

Em assembleia realizada no dia 16 de maio de 2024, em Fortaleza, os servidores da Funai denunciaram a situação crítica enfrentada pela CR-NE-II, que abrange os estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. A denúncia foi formalizada em uma carta feita por servidores da Funai e enviada pelo Sintsef-CE à Condsef, para que tome as providências necessárias com urgência.

A Funai enfrenta uma grave crise institucional, com apenas 46% dos cargos ocupados e 33% dos servidores aptos para apresentação, comprometendo sua missão de garantir os direitos dos povos indígenas. Na CR-NE-II, a situação é ainda mais preocupante. Com uma população indígena de aproximadamente 75.200 pessoas, a coordenação conta com uma das menores relações de servidores por indígena do país, resultando em uma sobrecarga de trabalho para os poucos funcionários disponíveis.

Além da insuficiência de pessoal, a coordenação lida com a complexidade de atender três estados com apenas duas Coordenações Técnicas Locais (CTLs), sendo que uma delas está sem servidores. Em comparação, estados como Pará, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo possuem estruturas significativamente maiores para populações indígenas semelhantes ou menores.

A situação é agravada pelo assédio institucional da gestão anterior, que sobrecarregou os servidores com diversas comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), muitas vezes envolvendo grupos criminosos e colocando em risco a integridade

dos funcionários. Esse ambiente hostil tem causado mal-estar generalizado e afastamentos por motivos de saúde mental.

Os indígenas da CR-NE-II enfrentam a violenta penetração de facções criminosas nas aldeias, especialmente na região metropolitana de Fortaleza, onde a segurança dos servidores está em risco constante. É imperativo que a Funai e as autoridades competentes tomem medidas imediatas para resolver essa situação alarmante.

Dentre as ações solicitadas pelos servidores estão:

- Alocação imediata de novos servidores, seja através de concursos ou remoção de antigos funcionários, priorizando a CR-NE-II.
- Criação de pelo menos duas novas CTL's no sul do Ceará e no Piauí.
- Reabertura do Conselho Nacional de Política Indigenista para estabelecer um diálogo contínuo entre os indígenas e os responsáveis pelas políticas públicas.

O Sintsef-CE está comprometido em apoiar os servidores da Funai e lutar pela melhoria das condições de trabalho e pela proteção dos direitos dos povos indígenas. É essencial que a Funai seja fortalecida para cumprir sua missão constitucional e garantir a segurança e o bem-estar de seus servidores e das comunidades indígenas que dependem de sua atuação.

na base

— IBAMA

Greves e atos no Ibama: pressão por reestruturação de carreira

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Ceará, com o apoio do Sintsef-CE, têm protagonizado uma série de atos e paralisações para pressionar o governo federal a atender suas demandas por reestruturação de carreira e melhorias no órgão.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em 5 de junho, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Sintsef-CE, junto à Asibama, organizou uma grande manifestação em Fortaleza. A mobilização visava pressionar o governo federal a atender as reivindicações da categoria, que na data já se encontrava mobilizada há mais de 180 dias.

Ato de Entrega de Cargos

Como forma de protesto, até a manhã de 5 de junho, 239 servidores do Ibama já haviam assinado a carta de entrega de cargos de confiança. Essa medida foi acompanhada por 497 fiscais do Ibama e 245 servidores do ICMBio, que também assinaram cartas de pedido de desligamento da portaria de

fiscalização, demonstrando a insatisfação com a falta de respostas do governo federal.

Assembleias e Estratégias

No dia 12 de junho, o Sintsef-CE participou de uma assembleia geral em parceria com a Asibama, onde foram discutidas estratégias de continuidade da luta pelo Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Ambientais Federais. Essa reunião preparatória foi crucial para organizar os atos que culminaram na paralisação de julho. Além disso, na mesma data, a Ascema Nacional realizou uma live explicando o andamento das negociações e o indicativo de greve que se concretizou no final do mês.

Mobilizações e Greves

Desde 1º de julho, os servidores do Ibama no Ceará aderiram à greve por tempo indeterminado, que já contava com a participação de colegas de 19 estados, além do Distrito Federal. Este movimento foi uma resposta direta às negociações travadas com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que se mostrou inflexível quanto à apresentação de



Servidores do Ibama e ICMBio realizam atos e paralisações na sede do órgão (1.07.2024)

novas propostas. A greve visa, principalmente, a retomada da mesa específica de negociação.

Decisão Judicial e Continuação da Luta

Em 4 de julho, a Condsef/Fenadsef enviou ofício a todas as suas entidades filiadas após receber mandato de intimação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a greve dos servidores da Área Ambiental. A decisão impôs uma multa de R\$200 mil caso a determinação de finalização da greve não fosse cumprida. A orientação é que assembleias extraordinárias sejam realizadas para

encaminhar o cumprimento imediato da decisão judicial. No entanto, a Condsef destaca que cumprir a decisão não significa concordar com ela e que um recurso será encaminhado na instância competente. A entidade classificou como inaceitável a atitude do governo de pedir a abusividade e ilegalidade da greve e afirmou que seguirá no esforço para reabrir o canal de negociações com o MGI para alcançar um acordo capaz de resolver o impasse estabelecido na Área Ambiental.

— DNOCS

Com apoio do Sintsef-CE, servidores do DNOCS avançam nas negociações



Servidores do DNOCS negociam a reestruturação do órgão em Brasília junto ao MGI (29.05.2024)

Os servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) alcançaram um avanço importante em suas reivindicações com a primeira mesa específica de negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 29 de maio de 2024, mediada pelo Sintsef-CE. O encontro contou com representantes da Condsef, Sintsef-CE e servidores do DNOCS em Brasília, nas instalações do MGI.

A luta dos servidores do DNOCS começou com um Seminário Nacional, realizado pelo Sintsef-CE e CONDSEF, em setembro de 2023, no auditório do DNOCS em Fortaleza-CE, onde foi elaborada uma proposta de reestruturação do órgão, com participação de servidores de outros estados do nordeste.

Durante a primeira reunião da mesa de negociação com o MGI, em 29 de maio, foi aprovada a oficialização da proposta

de reestruturação, encaminhada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) através do processo SEI nº 59400.008539/2024. Também foi solicitada a criação de um grupo de trabalho pelo MIDR para detalhar as mudanças propostas, visando à modernização e fortalecimento da instituição, beneficiando a população do semiárido NE e áreas afetadas pelas mudanças climáticas.

Demandas de Concurso Público e Melhorias Salariais

Outra questão crítica é a realização de concurso público, essencial para a renovação do quadro de funcionários e a manutenção da qualidade do serviço prestado pelo DNOCS. Os servidores aguardam a liberação do processo no SIGEPE nº 668/2024.

Além disso, está em discussão a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Os servidores propõem uma nova redação na Lei 12.716/2012 para evitar prejuízos com os reajustes salariais previstos, considerando que não foram contemplados com o reajuste de janeiro de 2023. Esta mudança visa harmonizar os aumentos percentuais previstos para janeiro de 2025 e abril de 2026, garantindo justiça salarial.

Este período de negociações marca uma nova fase para os servidores do DNOCS, reforçada pelo suporte contínuo do Sintsef-CE. Através dessas ações, busca-se melhorias imediatas e a sustentabilidade a longo prazo das operações e serviços do DNOCS. A expectativa é que esses esforços resultem em benefícios significativos para os servidores, a gestão hídrica e a convivência com as mudanças climáticas, melhorando as condições de vida no nordeste.

CONAB

Trabalhadores da Conab Iniciam Negociações do ACT 2024/2025



Servidores da Conab participam de plenária da Fenadsef, em Brasília (25.06.2024)

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), juntamente com a Condsef/Fenadsef, deram início aos procedimentos para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025, com a data base marcada para 1º de setembro. A primeira etapa foi a publicação do edital nacional pela Fenadsef, convocando os sindicatos a realizarem suas assembleias de base, preferencialmente presenciais, podendo ser virtuais se necessário. Essas assembleias visam aprovar a minu-

ta do ACT, conceder autorizações legais e eleger representantes para a Plenária Nacional dos Trabalhadores da Conab, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de junho de 2024, em Brasília.

Entre 6 e 8 de maio, aconteceu o Encontro Nacional dos Dirigentes da Associação Nacional dos Empregados da Conab (Asnab) em Brasília, onde foram discutidas e protocoladas diversas reivindicações junto à empresa. Entre as principais demandas estão a criação de um grupo de trabalho para corrigir as tabelas salariais, suspensão da Resolução Direx 021 que trata do desligamento de empregados aos 75 anos, reestruturação organizacional contemplando novas funções e políticas sociais, e a implantação de uma superintendência de licitações.

Outras reivindicações incluem a criação de gratificações específicas, ajustes nas gratificações de TI, e medidas urgentes junto à Receita Federal para evitar problemas com o SAS. Também se solicita a anistia de dívidas do SAS dos empregados, remuneração justa para engenheiros, atualização do RLC para desburocratizar contratações, e inclusão de cargos de psicólogo e assistente social em próximos concursos públicos. A organização e luta dos trabalhadores da Conab mostram a importância da união para a defesa de melhores condições de trabalho e valorização da categoria.

EBSERH

Mês de maio é marcado por greve nacional dos empregados(as) da Ebserh



Ato em frente a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC-UFC - 06.05.2024)

Entre os dias 6 e 9 de maio, os empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) realizaram uma greve nacional. As principais reivindicações incluíam valorização dos trabalhadores, reestruturação das carreiras e melhorias nos benefícios. Após sete rodadas de negociação sem avanços significativos entre as entidades representativas dos empregados e a gestão da Ebserh, os trabalhadores decidiram pela greve em assembleias realizadas em todo o país.

Na manhã de 6 de maio, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou uma audiência de mediação em Brasília, reunindo representantes da Ebserh e das entidades dos empregados. A empresa apresentou uma proposta, que foi submetida às assembleias no dia 7 e rejeitada unanimemente, levando à continuidade da greve.

Uma nova audiência de mediação foi realizada pelo TST na tarde de 8 de maio. Durante essa sessão, a Ebserh apresentou uma nova proposta, que foi submetida às assembleias na manhã do dia 9. Embora a proposta não atendesse a todas as reivindicações, a maioria das assembleias aprovou a oferta, decidindo

pelo retorno ao trabalho após quatro dias de greve. No Ceará, a assembleia local teve uma posição divergente, mas acatou a decisão nacional.

Em Fortaleza, o movimento reuniu cerca de 200 empregados diariamente na tenda do SINTSEF/CE, montada em frente à Maternidade Escola Assis Chateaubriand. O número de participantes cresceu para mais de 250 pessoas no dia 9, quando ocorreu a assembleia que definiu os rumos da greve. Na tarde do mesmo dia, o TST homologou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), encerrando a greve. A tenda do SINTSEF/CE tornou-se um espaço de debate democrático, reforçando a união e a força dos trabalhadores.

Na terça-feira, 14 de maio, representantes da gestão da Ebserh e das entidades sindicais formalizaram o ACT referente ao período 2024/2026. O acordo homologado prevê reajustes de 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre salários e benefícios em 2024 e de 100% em 2025. O vale-alimentação foi reajustado para R\$ 800,00 a partir de julho e para R\$ 1.000,00 em março de 2025. O auxílio-creche passou para R\$ 484,90.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar das conquistas, muitos empregados no Ceará sentiram que suas demandas não foram plenamente atendidas. O SINTSEF-CE reafirma seu compromisso em manter o diálogo e trabalhar para construir um serviço público de qualidade para servidores, empregados da Ebserh e a população..

O SINTSEF-CE reafirma seu compromisso em manter o diálogo e trabalhar para construir um serviço público de qualidade, tanto para os servidores, empregados e empregadas da Ebserh, quanto para a população.

Sintsef-CE realiza 2º Seminário de Comunicação

Fotos: Letícia Alves



Seminário abordou estratégias para disputar a hegemonia na comunicação, uso de mídias e militância digital

Nos dias 9 e 10 de maio de 2024, o Sintsef-CE realizou o II Seminário de Comunicação em sua sede. A abertura, ocorrida na manhã de quinta-feira, 9 de maio, contou com a participação de Flávio Inácio, coordenador-geral, e Lucy Gomes, coordenadora de comunicação e administração, ambos membros do Conselho Editorial do sindicato.

O evento teve como foco central o fortalecimento da comunicação sindical, essencial para garantir que a voz dos trabalhadores seja ouvida em tempos onde narrativas se moldam constantemente. Samira de Castro, representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), e Nonato Lima, da Universitária FM, compartilharam suas percepções sobre a disputa pela hegemonia na comunicação. Eles enfatizaram a necessidade de manter um diálogo constante e reflexivo sobre o papel fundamental da comunicação sindical.

A programação seguiu com uma mesa sobre estratégias comunicacionais de mobilização, contando com a presença de José Vital (Teia Digital), Tarcísio Aquino (CUT/Sindjorce) e Mônica Machado (Condsef).

Na sexta-feira (10), Letícia Alves e Junior Tavares, assesso-

res de comunicação do Sintsef-CE, apresentaram os meios de comunicação do sindicato, destacando as conquistas do último ano e a importância da mobilização nas redes sociais. A apresentação continuou com uma oficina de comunicação conduzida pelos dois jornalistas, abordando o uso das mídias e a militância digital, além de ensinar os participantes a utilizarem o celular como ferramenta comunicacional eficaz. À tarde, ocorreram debates e encaminhamentos sobre as mesas e oficinas realizadas, contribuindo para o aprimoramento da comunicação interna do sindicato.

O II Seminário de Comunicação do Sintsef-CE destacou a importância de uma comunicação sindical robusta para conscientizar a base, combater fake news e mobilizar a categoria por melhorias salariais e de carreira. Em um contexto onde a disseminação de informações distorcidas ameaça a base de conhecimento dos trabalhadores, fortalecer nossa capacidade de comunicar, informar e mobilizar é fundamental.

Um dos encaminhamentos do Seminário que já está em prática há várias semanas na comunicação do sindicato foi a aprovação de um Boletim Eletrônico a ser produzido toda sexta-feira com as principais notícias de interesse do filiado no Estado e no país. O vídeo, que é produzido pela assessoria de comunicação do Sintsef-CE está sendo veiculado no Instagram e Facebook do sindicato. Siga, curta, compartilhe os conteúdos para ampliar-mos nosso alcance.



José Vital (Teia Digital)



Tarcísio Aquino (CUT-CE/Sindjorce)

Luta contra o PL do Estupro ganha as ruas em todo o país

Em menos de 24 horas, mulheres de todo o Brasil organizaram uma forte reação à votação da Câmara dos Deputados, que colocou sob regime de urgência o Projeto de Lei 1904, que criminaliza o aborto em caso de estupro a partir da 22ª semana, igualando a pena à de homicídio. O objetivo de Arthur Lira e do autor do projeto de lei, Sóstenes Cavalcante, era aprová-lo rapidamente, uma vez que havia sido apresentado há menos de 30 dias.

No entanto, eles subestimaram a resposta de mulheres e homens que imediatamente tomaram as ruas e as redes sociais. Atos come-

çaram a ser organizados em cidades de todo o país. O repúdio ao projeto também foi declarado abertamente por dezenas de personalidades, incluindo artistas, intelectuais e jornalistas, e tomou os noticiários. A pressão foi intensa, e Lira foi obrigado a dar um passo atrás em sua legislatura, anunciando que o projeto saiu de pauta até o segundo semestre. Isso é uma vitória parcial e uma lição sobre como enfrentar o Congresso Nacional em questões como esta.

O movimento está alerta às possibilidades de manobras, como negociar itens do projeto para atenuá-lo, tentar



dar uma cara feminina ao relatório ou retomar a votação após o arrefecimento das manifestações. Reuniões e plenárias já debatem a continuidade das ações, destacando

a necessidade de não aceitar nada menos que o arquivamento desse projeto de lei para que ele seja enterrado de vez.

Execução individual da sentença da ação judicial pelo pagamento das diferenças de 28,86%

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintsef-CE), através de sua assessoria jurídica, informou seus filiados (no seu Boletim Voz do Sintsef de 27 de março e 12 de junho) sobre a possibilidade de execução individual da sentença da Ação Civil Pública (ACP) nº 0005019-15.1997.4.03.6000. Esta ação, que tramitou na 1ª Vara Federal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, resultou em uma decisão favorável, reconhecendo o direito dos membros ativos, aposentados e pensionistas ao reajuste salarial de 28,86% para o período de janeiro de 1993 a junho de 1998, conforme as Leis nº 8.622 e nº 8.627 de 1993.

Essa execução foi destinada exclusivamente aos servidores que não iniciaram ações individuais, não foram contemplados por execuções anteriores, sejam individuais ou coletivas, e que não celebraram acordos administrativos ou judiciais com a União para o recebimento deste reajuste. Para esses servidores, o prazo final para o envio da documentação foi até 30 de junho de 2024.

Após o envio da documentação necessária, a assessoria jurídica do sindicato analisou a documentação para verificar a existência de qualquer impedimento legal, como litispendência ou coisa julgada. Aos que não houveram impedimentos, foi enviada uma procuração ao servidor para assinatura e ajuizamento da execução individual na Justiça Comum Federal. Ressaltamos que não puderam participar desta execução aqueles servidores que já entraram com ações individuais, foram contemplados por execuções anteriores ou celebraram acordos com o governo, com base na Medida Provisória 1704-1 de 1998, que tratou do pagamento e da quitação do reajuste de 28,86% de forma administrativa.

O Sintsef-CE reitera seu compromisso com a defesa dos direitos de seus filiados, oferecendo suporte jurídico essencial para garantir a efetivação das suas reivindicações. Esta iniciativa demonstra a importância do sindicato na luta pela justiça e equidade salarial para todos os servidores públicos federais.

Sintsef-CE garante na justiça acumulação de cargos para técnico em análises clínicas e técnico em laboratório da Ebserh

Através do Ofício-Circular SEI nº 5/2023/ DGP-EBSERH, a EBSEH, em uma interpretação equivocada, determinou que os profissionais técnicos em análises clínicas e técnicos em laboratório não poderiam acumular cargos públicos, exigindo que fizessem uma escolha entre os dois vínculos, sob pena de demissão.

Diante dessa situação, o SINTSEF, através de sua assessoria jurídica, ajuizou uma ação coletiva, defendendo que a posição de técnico em análises clínicas e técnico em laboratório é regulamentada. No âmbito de um mandado de segurança, foi deferida uma liminar para que a empresa suspenda todos os processos de opção de vínculo dessa categoria, bem como abster-se de demitir seus empregados ocupantes do cargo de técnico em análises clínicas/técnico em laboratório.

Ressaltamos que a decisão é em caráter liminar, que a ação continua em andamento e a assessoria jurídica do sindicato continua acompanhando o desenrolar da ação.

CONTATOS DO JURÍDICO

 (85) 3255-7349 (Recebe Ligações)
 sintsefceara.org.br
 juridico@sintsef-ce.org.br

Apenas mensagem de Whatsapp:
 (85) 99961-1449
 (85) 99964-0625
 (85) 98175-5495
 (85) 99914-0627



Como agendar o atendimento virtual com o setor jurídico



Passo 01

Entre no site do **Sintsef-CE** (www.sintsefceara.org.br), pelo computador ou pelo celular e procure pela imagem com o nome **“Atendimento Jurídico, agende aqui!”**

Em seguida clique nela e aguarde, você será redirecionado para outra tela de navegação

Passo 02

Agora **leia como funciona** o atendimento presencial e virtual para entender qual se encaixa melhor a sua necessidade.

Se você optar por atendimento **virtual**, clique no link indicado pelo site e aguarde, você será redirecionado para uma janela com uma agenda virtual de datas e horários disponíveis.

Passo 03

Com a agenda aberta **escolha a data** para o seu atendimento e **veja qual advogado(a) estará disponível** naquele dia e horário, em seguida clique em **“avançar”** novamente.

*As datas em azul são os dias livres para atendimento virtual do nosso setor jurídico.

Passo 04

Preencha as informações solicitadas nos campos disponíveis, com os seus dados pessoais e qual assunto deseja resolver. No fim da mensagem clique na opção em azul **“Agendar Evento”**.

Pronto! **atendimento agendado**, no dia e horário marcado entraremos em contato com você!

Viu só como é rápido e fácil fazer o nosso agendamento?

E mais...

Servidores da Cultura fazem Dia Nacional de Paralisação e lutam por mesa específica no MGI



Com atos em pelo menos onze estados (AM, CE, ES, GO, MA, MG, PE, PR, RJ, RN, TO) e o Distrito Federal, servidores da Cultura realizaram, no dia 26 de maio, o primeiro Dia Nacional de Paralisação de um calendário de mobilização permanente aprovado pela categoria em plenária nacional. Em Fortaleza, o ato foi realizado na Praça do Ferreira com apoio do Sintsef-CE. Os servidores buscam, de forma urgente, a instalação de uma mesa específica no Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos (MGI).

Sintsef-Ce participa de Seminário de Planejamento Estratégico da Condsef/Fenadsef, em Luziânia (GO)



O evento ocorreu entre os dias 12 e 15 de junho e teve como objetivo traçar diretrizes e rumos para a luta dos servidores do Executivo Federal, reforçando encaminhamentos do congresso anterior. O seminário contou com análise de conjuntura e trabalhos em grupo, culminando com a apresentação de relatórios de cada departamento e cada secretaria da direção da Confederação.

Conselho Fiscal do Sintsef-CE reúne-se para analisar e dar parecer sobre contas da entidade



Entre os dias 17 e 18 de junho o Conselho Fiscal do Sintsef-CE, reuniu-se na sede da entidade, em Fortaleza, para analisar e dar parecer sobre o balancete da entidade, relativo ao período de janeiro a abril de 2024. Além dos membros do conselho, a contadora do Sintsef-CE esteve presente esclarecendo as principais dúvidas durante a análise.

SINTSEF-CE PELO INTERIOR

Nos últimos meses, a direção colegiada do Sintsef-CE intensificou sua presença nas bases do interior do Estado, promovendo diversas reuniões e encontros com os filiados. Essas visitas, que ocorreram em diversos municípios, tiveram como objetivo principal proporcionar esclarecimentos jurídicos e discutir a campanha salarial dos servidores públicos federais de 2024. Esta é uma oportunidade valiosa para abordar questões relevantes e ouvir as demandas locais, fortalecendo assim o vínculo entre a entidade, sua base e seus filiados.

Essas visitas são fundamentais para manter uma comunicação eficaz e próxima entre a direção e os filiados, além de promover a união e a coesão dentro do sindicato.



Crateús



Pacajus



Pentecoste



Ipu



Tauá



Sobral



Itapipoca



Cariri



Iguatu



Russas



Baturité

CUT
SINTSEF
CONDSEF/FENADSEF